

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO PARA O COTIDIANO OPERACIONAL DO POLICIAL MILITAR DO PARANÁ

THE IMPORTANCE OF KNOWLEDGE OF TRAFFIC LEGISLATION FOR THE OPERATIONAL ROUTINE OF THE MILITARY POLICE OFFICER OF PARANÁ

LA IMPORTANCIA DEL CONOCIMIENTO DE LA LEGISLACIÓN DE TRÁNSITO PARA LA RUTINA OPERATIVA DEL POLICÍA MILITAR DE PARANÁ

Cristiano Lucio Machado¹

RESUMO: O presente artigo científico tem por objeto a análise da importância do conhecimento da legislação de trânsito no exercício das atividades operacionais dos policiais militares do Estado do Paraná, constituindo-se em temática de notória relevância e significativo impacto no âmbito acadêmico militar. Tal relevância decorre do fato de que as atribuições inerentes à função policial militar frequentemente se entrelaçam com situações que envolvem o trânsito e o cumprimento das normas previstas na legislação específica. Nesse contexto, o objetivo geral do estudo consiste em examinar a relevância do domínio da legislação de trânsito na atuação cotidiana do policial militar, bem como avaliar se o conhecimento atualmente detido pelos profissionais da corporação é suficiente para atender de maneira eficaz às demandas da sociedade no que tange à segurança viária. A pesquisa adota uma abordagem teórica e técnica, voltada à análise das normas constantes do ordenamento jurídico brasileiro relacionadas ao trânsito. A partir disso, buscou-se identificar as principais áreas do saber jurídico e normativo que devem compor a formação dos policiais militares, abrangendo tanto o efetivo de praças quanto o de oficiais. Os resultados evidenciam que, além das funções típicas de polícia ostensiva, é imprescindível que os policiais militares detenham conhecimento aprofundado da legislação de trânsito, não apenas durante o processo formativo inicial, mas também ao longo de toda a carreira. Tal domínio contribui para o adequado preparo técnico e para a efetividade da atuação policial na promoção da ordem pública e da segurança no trânsito, em consonância com os anseios da sociedade paranaense.

3123

Palavras-chave: Legislação de trânsito. Formação Policial. Polícia Militar do Paraná.

ABSTRACT: This scientific article aims to analyze the importance of knowledge of traffic legislation in the performance of operational activities of the military police officers of the State of Paraná, constituting a topic of notorious relevance and significant impact within the military academic field. Such relevance arises from the fact that the duties inherent to the military police function often intersect with situations involving traffic and compliance with the rules established in specific legislation. In this context, the general objective of the study is to examine the importance of mastering traffic legislation in the daily activities of military police officers, as well as to assess whether the knowledge currently held by the corporation's professionals is sufficient to effectively meet society's demands regarding road safety. The research adopts a theoretical and technical approach, focused on the analysis of the rules contained in the Brazilian legal framework related to traffic. From this, the study sought to identify the main areas of legal and regulatory knowledge that should be part of the training of military police officers, covering both enlisted personnel and officers. The results show that, in addition to the typical functions of ostensive policing, it is essential for military police officers to have in-depth knowledge of traffic legislation, not only during their initial training process but also throughout their careers. Such mastery contributes to adequate technical preparation and to the effectiveness of police action in promoting public order and road safety, in line with the expectations of Paraná society.

Keywords: Traffic Legislation, Police Training, Military Police of Paraná.

¹ Especialista em Políticas Públicas. Especialista em Análise Criminal em 2021 Especialista em Direito Constitucional em 2023. Especialização em Direito Militar em 2024. Bacharel em Direito pela Unisul – SC.

RESUMEN: El presente artículo científico tiene como objeto analizar la importancia del conocimiento de la legislación de tránsito en el ejercicio de las actividades operativas de los policías militares del Estado de Paraná, constituyéndose en una temática de notoria relevancia y de significativo impacto en el ámbito académico militar. Dicha relevancia se debe al hecho de que las atribuciones inherentes a la función policial militar con frecuencia se entrelazan con situaciones que involucran el tránsito y el cumplimiento de las normas previstas en la legislación específica. En este contexto, el objetivo general del estudio consiste en examinar la relevancia del dominio de la legislación de tránsito en la actuación cotidiana del policial militar, así como evaluar si el conocimiento actualmente poseído por los profesionales de la corporación es suficiente para atender de manera eficaz las demandas de la sociedad en lo que respecta a la seguridad vial. La investigación adopta un enfoque teórico y técnico, orientado al análisis de las normas contenidas en el ordenamiento jurídico brasileño relacionadas con el tránsito. A partir de ello, se buscó identificar las principales áreas del saber jurídico y normativo que deben componer la formación de los policías militares, abarcando tanto al personal de tropa como a los oficiales. Los resultados evidencian que, además de las funciones típicas de la policía ostensiva, es imprescindible que los policías militares posean un conocimiento profundo de la legislación de tránsito, no solo durante el proceso formativo inicial, sino también a lo largo de toda su carrera. Tal dominio contribuye a la adecuada preparación técnica y a la efectividad de la actuación policial en la promoción del orden público y de la seguridad vial, en consonancia con las expectativas de la sociedad paranaense.

Palabras clave: Legislación de Tránsito. Formación Policial. Policía Militar de Paraná.

I INTRODUÇÃO

O artigo científico em questão possui a temática voltada à importância do conhecimento da legislação de trânsito relacionada ao cotidiano operacional do policial militar do Paraná. Isso se justifica, não apenas no campo acadêmico, o qual se mostra relevante com o incentivo ao estudo, novas pesquisas e debates sobre o tema, mas também no meio policial militar propriamente dito, pois esse conhecimento específico acerca do trânsito brasileiro diz respeito a sua capacitação técnica, para atender a população paranaense da melhor maneira possível.

3124

Desta forma, o referido estudo diz respeito ao seguimento policial militar, o qual possui várias particularidades, desde a pressão sofrida pelos seus profissionais, bem como acerca do risco eminente de perder a vida em prol de salvaguardar a integridade física, moral e psicológica de outrem.

Como já abordado anteriormente, a justificativa acerca da escolha do tema, se faz necessário ainda versar acerca da problemática que o instigou, sendo baseada no seguinte questionamento: qual a relevância do conhecimento da legislação de trânsito no cotidiano dos profissionais que exercem atividade policial militar no Estado do Paraná?

A busca pela resposta para essa e outras questões, assim como o aprofundamento da pesquisa científica em vertentes sobre o tema proposto buscam ser encontradas através do objetivo geral, que foi definido, sendo o de verificar a relevância do conhecimento da legislação de trânsito na atividade policial militar no estado do Paraná.

De mesmo modo, buscou-se elencar os objetivos específicos como: realizar abordagem conceitual acerca da legislação de trânsito no Brasil, verificar as atribuições dos policiais

militares; analisar como as atribuições dos policiais militares se conectam com a necessidade de conhecimento relacionado a legislação de trânsito brasileira.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória e abordagem qualitativa, com ênfase em revisão bibliográfica e análise documental. Conforme Gil (2002) e Marconi e Lakatos (2015), a pesquisa exploratória busca proporcionar maior familiaridade com o problema, tendo como principal objetivo torná-lo mais explícito. Para tanto, recorre-se a fontes secundárias diversas, como obras de autores especializados, artigos científicos, legislação vigente, publicações institucionais, relatórios oficiais e conteúdos disponibilizados por órgãos públicos.

Dentre os materiais analisados, destacam-se o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997), a Constituição Federal (BRASIL, 1988), as diretrizes curriculares da SENASP (2022), bem como documentos institucionais da Polícia Militar do Paraná, como os disponibilizados pela Academia Policial Militar do Guatupê (2022), o Batalhão de Polícia de Trânsito (2025), o Batalhão de Polícia Rodoviária (2025) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública. A pesquisa também incorpora análises críticas de autores como Dolhnikoff (2010), Porto (2011), Soares (2013), Ramos (2006), entre outros, permitindo uma abordagem teórico-reflexiva sobre a formação policial e a aplicação da legislação de trânsito no cotidiano operacional da Polícia Militar do Paraná.

3125

Para concluir, realizou-se o aprofundamento acerca do tema que encontra seu ápice na abordagem acerca da importância do conhecimento da legislação de trânsito e sua conexão com a atividade policial militar, confirmando a grande relevância de tal conhecimento para os profissionais que exercem atividades policiais militares no Estado do Paraná.

2 A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO BRASILEIRA

Quando se aborda a legislação de trânsito, nota-se que o tema trata de um assunto de grande importância para a sociedade moderna, pois essa sociedade foi mudando, se transformando, assim como evoluíram os meios e modos de transporte que as pessoas utilizam todos os dias, sendo também necessárias as devidas atualizações nas normas e na legislação específica sobre o tema.

Com os avanços tecnológicos surgiram novos meios de transporte como os patinetes elétricos, aluguel de bicicletas, transporte de passageiros por meio de aplicativos que concorrem diretamente com os taxis, ônibus e vans de transporte escolar e fretamentos de cunho turístico nos grandes centros. Tudo isso está diretamente atrelado a como está a gestão do trânsito, sinalização, conexões dos diferentes tipos de transporte, disponibilidade da malha viária e

regulamentação dos diferentes seguimentos de transporte disponibilizados aos cidadãos. (CARNEVALLE, 2019)

A legislação de trânsito em forma de lei específica no Brasil se dá por meio do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), que confirma a necessidade de que todo cidadão possua conhecimento acerca de sua normativa e aplicabilidade no território nacional. (BRASIL, 1997)

Ainda no CTB (1997), em seu artigo 1º a norma específica declara que “o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.” Desta forma, entende-se que todas as vias dos estados e municípios sendo regidas por essa legislação precisam ser conhecidas pelas autoridades policiais, a fim de que sejam fiscalizadas e aplicadas suas normativas.

Nesse sentido, observa-se uma função de suma importância realizada pelas autoridades policiais militares, que diz respeito ao caráter educativo no trânsito. Isso pode ser exemplificado de muitas formas, como nas operações conjuntas da Polícia Militar, Guarda Municipal, Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos fiscalizadores, que com viés educativo, que fazem a divulgação de materiais impressos com as principais normas de segurança, que visam fazer das vias terrestres do Estado do Paraná, cada vez mais seguras. (PMPR, 2024)

Para o BPTRAN (2024), essas ações educativas são muito importantes e abordam pontos chave no trânsito, como infrações que podem trazer grandes riscos a integridade física do cidadão, como o uso de celular enquanto dirige, beber e dirigir, crianças no veículo sem cadeirinhas, ou assentos elevados, cuidados com veículo como pneus “carecas”, dentre outras.

Em suma, a legislação de trânsito possui normativas eficazes acerca de normas que devem ser cumpridas, tanto pelos motoristas, quanto por pedestres, ciclistas, ou quem estiver pilotando patinetes, bicicletas ou motocicletas, pois por meio deste conjunto de normas e diretrizes que se faz possível fiscalizar e atender a população paranaense visando sua segurança no trânsito.

3 LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E AS ATRIBUIÇÕES DO POLICIAL MILITAR DO PARANÁ

3.1 Aspectos Institucionais e Operacionais

Buscando realizar a conexão acerca das atribuições do policial militar e a necessidade de conhecimento técnico acerca da legislação de trânsito brasileiro, mostra-se necessário inferir sobre os demais desdobramentos legais previstos, assim como, da importância da formação do policial militar do Estado do Paraná.

Deste modo, a fim de trazer ao leitor maior embasamento acerca do tema, vale a pena destacar a afirmativa encontrada em Publicação da APMG (2022), que a formação dos profissionais policiais militares, tanto oficiais, como praças é realizada de forma diferenciada, sendo o oficial formado no período de três anos, e o praça em média, de 36 a 40 semanas, ou aproximadamente 1.600 horas/aula por meio de curso de formação de Praças - CFP.

O Curso de Formação de Praças (CFP) é destinado ao civil aprovado em concurso público para a carreira de Praça da Polícia Militar do Paraná (PMPR), habilitando-o a desempenhar as funções de Soldado, Cabo e 3º Sargento da Corporação, conforme prevê a Lei Estadual nº 5.940/1969. O CFP tem a duração mínima de 1600 horas, preparando o novo policial para executar as funções de policiamento ostensivo geral. (APMG, 2022, n/p)

Importa ainda destacar que existe a diferenciação das formações em quantidade de tempo de estudo e prática policial militar, pois o CFO-PM tem duração de três anos letivos, em período integral, com aulas de manhã, tarde e noite. Nesse sentido, as formações realizadas pelos militares possuem especificidades voltadas a futura atuação do militar após a formação no curso realizado, com instruções teóricas e práticas durante todo o curso.

Atualmente houve mais uma mudança importante no ingresso dos policiais militares no estado do paraná, que diz respeito a formação mínima para assumir os cargos. Desta forma, a atualização traz a necessidade de curso superior em qualquer área de formação aos soldados e curso superior em direito para carreira de oficiais. (PARANÁ, 2025)

3127

De acordo com afirmativa da AEN (2024), ocorreu em 2024 a recente atualização na forma de ingresso para as carreiras de Policial Militar no Estado do Paraná, que em suma, vieram a alterar a exigibilidade acad mica para praças e oficiais. Dessa forma, observa-se que a atualização exige curso superior em qualquer área para cargo de soldado (praças) e curso superior em Direito para oficiais.

A lei que exige curso superior para ingressar como Soldado na Polícia Militar do Paraná é a lei n  21.828/2023, que altera os requisitos de ingresso para os concursos da PMPR e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBM PR), tornando o curso superior obrigatório para o cargo de Soldado. (AEN, 2024)

De mesmo modo a mesma lei exige bacharelado em Direito para ingresso no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná (PMPR)   a Lei Estadual n  21.828/2023. Essa lei alterou a Lei Estadual n  1.943/1954, que dispõe sobre a estruturação das forças de segurança pública no estado. A mudança foi aprovada para garantir um perfil mais adequado aos quadros de oficiais combatentes da PMPR.

Ao observar tais mudanças, que fortalecem o entendimento acerca da melhoria na qualidade da formação técnica dos policiais militares, mediante a escolha do presente tema, torna-se ainda necessário abordar a carreira e atribuições dos policiais militares a partir da Constituição Federal de (1988), em seu artigo 144, que declara:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (BRASIL, 1988)

O fato norteador dessa pesquisa científica revela que a função da polícia militar é de grande relevância para a sociedade. Porém, além de tais atribuições mencionadas aos policiais militares do Paraná, os profissionais tem a atribuição principal de proteger a sociedade paranaense, o que invariavelmente aborda o contexto da legislação de trânsito, o que se comprova pela atuação de batalhões específicos como o BPTRAN e BPRV.

Nesse sentido, vale a pena destacar acerca do BPTRAN:

O Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran) é uma Organização Policial Militar (OPM) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), especializada no policiamento de trânsito urbano. O batalhão está subordinado ao Comando de Policiamento Especializado (CPE). (BPTRAN, 2025, n/p)

Enquanto o BPRV (Batalhão de Polícia Rodoviária):

O Batalhão de Polícia Rodoviária é uma unidade especializada da Polícia Militar do Paraná que atua nas rodovias estaduais através da prevenção, fiscalização, atendimento de sinistros de trânsito e combate a crimes. Atualmente o BPRV possui seis Companhias situadas nos principais centros urbanos do Estado, como Curitiba, Londrina, Cascavel, Maringá, Ponta Grossa e Pato Branco, sendo a unidade da PMPR mais capilarizada no Paraná. (BPRV, 2025, n/p)

No mesmo sentido, Júnior (2006), afirma que o texto constitucional federal, assim como nas esferas estaduais do Brasil, atribui muitas competências aos policiais militares, bem como atividades de grande significado para a população, o que aborda de forma indiscutível a necessidade de que o policial militar possua conhecimentos acerca da legislação de trânsito, mesmo que não atue diretamente nos batalhões específicos como BPTRAN ou BPRV.

As operações policiais militares são realizadas todos os dias, em todo o território nacional, pois exigem a intervenção dessas autoridades, outras tantas, de difícil mensuração, são evitadas pelas ações preventivas. Para atuar em local de ocorrência, o militar necessita de amplo conhecimento da técnica policial que será aliada ao preparo jurídico, uma vez que suas ações devem ser revestidas de legalidade, sem as quais estará sujeito o policial às responsabilidades administrativas, civis e criminais. (JÚNIOR, 2006).

Sendo assim, entende-se que o policial militar estadual atua, além de suas atribuições ostensivas, de forma também administrativa, ainda, garantindo o poder de fiscalização estatal e a segurança na atuação dos agentes públicos de sua corporação.

Outro fato importante diz respeito a aplicação de multas, pois o policial militar estadual também possui autoridade para tal feito, haja visto que sua formação técnica aborda a legislação de trânsito baseada no CTB (1997), com conhecimento sólido, atrelado a cursos específicos sobre a aplicação de multas com as novas tecnologias legais vigentes para essa finalidade destinado aos policiais militares.

Portanto, para o exercício de um policiamento ostensivo satisfatório, os profissionais de segurança pública, devem ter uma formação de qualidade, para assim então, atuarem de forma eficiente em nome da administração pública a que representam. Esse é o tema abordado a seguir, que após análise das mudanças sociais gerou mudanças na forma de ingresso por meio de concurso público para atuar como soldado da Polícia Militar do Paraná, bem como para o quadro de oficiais.

Tal fato traz à tona o tema escolhido para esta pesquisa científica, que envolve o conhecimento acerca da legislação de trânsito e sua relevância nas atribuições dos policiais militares do Paraná. Em suma, observa-se a crescente necessidade de atualização da tropa diante das mudanças na legislação de modo geral, o que também engloba a legislação de trânsito referenciada através do CTB (1997).

3129

3.2 Bloqueios realizados pela Polícia Militar do Paraná

Dentre as muitas atribuições da PMPR, a realização de bloqueios policiais é uma das mais importantes, pois atua de forma ostensiva, visando garantir a lei e ordem nas ruas das cidades do Estado do Paraná.

A esse respeito, importa destacar que a Polícia Militar do Paraná (PMPR) realiza bloqueios policiais em todo o estado, com o objetivo de garantir a segurança pública e a ordem. Essas barreiras são realizadas pelos diversos batalhões da PMPR, e podem ter diferentes focos, como a fiscalização de trânsito, a prevenção de crimes e a abordagem de pessoas em atitude suspeita. (PMPR, 2025)

Ao realizar bloqueios policiais, o militar precisa ter conhecimento acerca da legislação de trânsito e de sua relação com as atribuições ostensivas da PMPR, haja visto que nem sempre são operações realizadas pelo BPTRAN ou BPRV, o que confirma o entendimento trazido pelo presente estudo, da necessidade de contínua atualização e formação técnica acerca da legislação de trânsito vigente no Brasil aos policiais militares.

Esse entendimento corrobora com os dados apresentados em 2024 pela Casa Civil do Estado do Paraná, que versa acerca da atuação dos policiais estaduais que resultou na “queda de homicídios, estupros, furtos e roubos de veículos, roubos de cargas e bancos entre janeiro e setembro deste ano em relação ao mesmo período de 2023”. Também houve aumento na apreensão de maconha, cocaína e crack. (CASA CIVIL PR, 2024, n/p)

Nesse sentido, importa ressaltar a afirmativa de Souza e Santos (2020) de que as apreensões de drogas nas grandes cidades possuem grande variedade, sendo todas elas prejudiciais a quem delas faz uso.

[...] as categorias: não especificado (48,9%), Maconha (19,8%), Cocaína (10,8%) e Crack (9,3%). Do restante, as categorias mais expressivas foram: Álcool (3,7%), Múltiplas substâncias (1,5%) e Tabaco/Nicotina (1%). Com menos de 1%, também foram encontradas matérias sobre Ecstasy, Psicotrópicos ou Medicamentos Psiquiátricos, Heroína, Óxi, Alucinógenos, LSD, Drogas Sintéticas, Ópio, Sibutramina, Haxixe, Metanfetamina, Anfetaminas, Cafeína, Ayahuasca e Lança-perfume. (SOUZA & SANTOS, 2020, p.2)

Deste modo, a efetividade dos policiais ao realizarem operações que incluem bloqueios policiais, blitz, abordagens, além do serviço de inteligência da PM, cumprem com esmero as suas atribuições nas vias de todo estado do Paraná, o que tem trazido resultados positivos quando a apreensão de drogas diversas, diminuição de crimes e aumento da segurança da população paranaense.

3130

3.3 Fundamentos Teóricos da Formação Jurídica no Policiamento de Trânsito

A atuação do policial militar no contexto do trânsito demanda não apenas conhecimento empírico, mas uma formação sólida que una técnica, legalidade e legitimidade. A legislação de trânsito brasileira, estruturada pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), confere às polícias militares o poder de fiscalização, autuação e orientação. Contudo, o exercício legítimo dessa autoridade exige domínio jurídico, conduta ética e compreensão social do papel institucional da polícia.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 144, estabelece que às polícias militares cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Isso implica uma atuação direta em espaços públicos, especialmente nas vias urbanas, onde se concentram boa parte das interações entre polícia e sociedade. Para que essas interações sejam positivas, é essencial que o agente esteja bem preparado para lidar com a legislação de trânsito e suas implicações práticas.

Segundo Porto (2011), a formação do policial deve ultrapassar o tecnicismo operacional e promover uma reflexão crítica sobre o uso do poder estatal. Isso inclui a capacidade de interpretar e aplicar normas jurídicas de forma justa e proporcional. Nesse sentido, o domínio

da legislação de trânsito não deve ser apenas decorado, mas internalizado como instrumento de cidadania e mediação de conflitos.

Dolhnikoff (2010) acrescenta que a legalidade, para ser eficaz, precisa ser acompanhada de discernimento técnico e ético. Um policial militar que conhece profundamente o CTB age com mais segurança jurídica e tende a gerar maior confiança por parte da população. Essa confiança é central na consolidação da autoridade pública.

Ainda de acordo com Soares (2013), a segurança pública moderna exige policiais capacitados para lidar com demandas variadas, incluindo a mediação de conflitos no trânsito. Ele afirma que o preparo jurídico e a formação humanística são fundamentais para uma atuação mais eficaz e menos violenta.

No Estado do Paraná, os cursos de formação de praças e oficiais incluem disciplinas voltadas ao direito de trânsito. A recente exigência de curso superior para ingresso na corporação reforça esse compromisso com a qualificação técnica (PARANÁ, 2024). No entanto, conforme argumenta Silvia Ramos (2006), a formação inicial é apenas o primeiro passo. É necessário garantir uma formação continuada que acompanhe as mudanças sociais, legais e tecnológicas.

Desse modo, a atuação do policial militar no trânsito não se resume à repressão de infrações. Trata-se de uma atividade complexa, que envolve a aplicação da lei, a promoção da educação viária e a construção da legitimidade institucional da Polícia Militar perante a sociedade.

3131

4 A ATUALIZAÇÃO CONTÍNUA E A CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO DOS POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ

A formação inicial dos policiais militares do Paraná representa apenas o ponto de partida em um processo contínuo de aperfeiçoamento profissional. Diante das constantes alterações nas normas legais, especialmente no que se refere à legislação de trânsito, torna-se imprescindível adotar um modelo de atualização permanente e capacitação em serviço. Essa estratégia é fundamental para assegurar que a atuação policial esteja alinhada às novas exigências sociais, jurídicas e operacionais.

Nesse contexto, a Polícia Militar do Paraná promove regularmente cursos de aperfeiçoamento e reciclagem com foco na atualização do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como no domínio de novas diretrizes operacionais, tecnologias de fiscalização e jurisprudência atualizada. Tais capacitações incluem treinamentos práticos em parceria com

órgãos como o Detran-PR, o BPTRAN e o BPRv, favorecendo a integração entre teoria e prática no cotidiano policial.

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP-PR), a qualificação continuada integra o plano de valorização profissional da corporação, garantindo que os agentes estejam preparados para utilizar ferramentas modernas como talonários eletrônicos, sistemas de consulta e dispositivos de leitura automática de placas (OCR).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça, também reconhece a importância da formação continuada como política estruturante na atuação policial:

A qualificação profissional contínua é fundamental para o desempenho eficiente e legítimo das funções policiais, permitindo a atualização frente às mudanças legais, sociais e tecnológicas. (BRASIL, 2022, p. 18)

A ausência de capacitação constante pode comprometer a qualidade do serviço prestado, além de afetar a legitimidade das ações policiais. Por essa razão, investir em educação continuada é essencial não apenas para evitar abusos ou ilegalidades, mas também para promover uma atuação técnica, humanizada e eficaz nas vias públicas.

Segundo a UNESCO (2021), a formação contínua é indispensável para garantir um policiamento ético e juridicamente embasado:

A formação continuada garante a legitimidade da ação policial, e sua ausência pode representar risco à legalidade, à eficácia e aos direitos fundamentais. (UNESCO, 2021, p. 34)

Dessa forma, conclui-se que o conhecimento da legislação de trânsito deve ser periodicamente revisado, ampliado e aprofundado ao longo da carreira. Tal prática deve fazer parte das estratégias institucionais da Polícia Militar do Paraná, visando à excelência na prestação de serviços à sociedade, especialmente no que tange à segurança viária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo, constata-se que a formação dos policiais militares do Estado do Paraná, sejam eles praças ou oficiais, já contempla conteúdos relevantes sobre a legislação de trânsito brasileira. Tal conhecimento se mostra indispensável para o exercício pleno das funções atribuídas à corporação, especialmente no contexto da segurança viária.

A pesquisa revelou que a atuação da Polícia Militar transcende a atividade ostensiva e envolve competências legais que exigem domínio técnico da legislação de trânsito. A prática do policiamento ostensivo de trânsito, executada por meio de patrulhamento, abordagens, bloqueios, autuações e campanhas educativas, depende da qualificação contínua dos agentes

para que sejam capazes de agir com eficácia, segurança jurídica e respeito aos direitos dos cidadãos.

O estudo também abordou a evolução do processo de ingresso nas fileiras da PMPR, com destaque para a exigência de formação superior, tanto para praças quanto para oficiais. Tal medida reforça o compromisso com a profissionalização da tropa e com a qualidade do serviço prestado à sociedade.

Além disso, foi possível observar como o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) está intrinsecamente relacionado às atribuições cotidianas da Polícia Militar. O conhecimento aprofundado dessa legislação permite ao policial atuar de forma preventiva, educativa e repressiva, assegurando o cumprimento das normas legais e a manutenção da ordem pública no trânsito.

Por fim, conclui-se que o constante aperfeiçoamento profissional e o fortalecimento do conhecimento jurídico são fundamentais para que os policiais militares estejam aptos a desempenhar suas funções com excelência. Isso se reflete nas diversas operações realizadas pela PMPR em rodovias, vias urbanas e espaços públicos em todo o estado, as quais têm demonstrado resultados positivos tanto na redução da criminalidade quanto na promoção da segurança no trânsito.

Dessa maneira, reafirma-se a relevância do tema proposto, demonstrando que o conhecimento da legislação de trânsito é, de fato, uma ferramenta essencial para a atuação técnica, eficaz e socialmente legítima dos policiais militares do Paraná.

3133

REFERÊNCIAS

- 1 ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ (APMG). Curso de formação de praças – CFP. 2022. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Curso-de-Formacao-de-Pracas-CFP>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- 2 AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS (AEN). Sancionada lei que exige curso superior para ingresso nas carreiras da PM e Bombeiro. 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Sancionada-lei-que-exige-curso-superior-para-ingresso-nas-carreiras-da-PM-e-Bombeiro>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- 3 BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO DO PARANÁ (BPTRAN). Informações institucionais. 2025. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/BPtran>. Acesso em: 2 jul. 2025.
- 4 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- 5 BRASIL. Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 set. 1997.

6 BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Diretrizes curriculares nacionais para a formação e valorização dos profissionais de segurança pública. Brasília: SENASP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/susp>. Acesso em: 7 jul. 2025.

7 CARNEVALLE, G. O futuro da mobilidade dos patinetes. 2019. Disponível em: <https://www.consultingclub.com.br/post/o-futuro-da-mobilidade-dos-patinetes-el%C3%A9tricos-aos-t%C3%Baneis-subterr%C3%A2neos>. Acesso em: 3 jul. 2025.

8 CASA CIVIL DO PARANÁ. Com trabalho intenso das polícias, Paraná reduz índices de homicídios e roubos em 2024. 2024. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Noticia/Com-trabalho-intenso-das-policias-Parana-reduz-indices-de-homicidios-e-roubos-em-2024>. Acesso em: 20 jun. 2025.

9 DOLHNIKOFF, E. O conceito de legalidade e sua aplicação prática na segurança pública. São Paulo: Revista de Direito Público, n. 23, p. 45-58, 2010.

10 GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

11 JÚNIOR, E. A. de S. Considerações sobre a formação jurídica da praça de polícia militar. Jus Militares, 2006. Disponível em: <http://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/formacaojuridicapraca.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.

12 MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

13 PARANÁ. Lei nº 21.828, de 18 de dezembro de 2023. Altera os requisitos de ingresso na Polícia Militar do Estado do Paraná. 2023

3134

14 PARANÁ. Inscrições para concurso da Polícia Militar do Paraná e Bombeiros são prorrogadas até 19/05/2025. 2025. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Inscricoes-para-concurso-da-Policia-Militar-e-Bombeiros-sao-prorrogadas-ate-19-de-maio>. Acesso em: 18 jun. 2025.

15 PORTO, M. S. G. Formação policial e cidadania: desafios contemporâneos. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 5, n. 2, p. 36-49, 2011.

16 RAMOS, S. Segurança pública como campo de conhecimento. In: MINAYO, M. C. S. (org.). Violência e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

17 SOARES, L. E. Segurança tem saída. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

18 SOUSA, Y. S. O.; SANTOS, M. F. de S. Drogas no espaço público: consumo, tráfico e política na imprensa brasileira. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, e201819, p. 1-16, 2020.

19 UNESCO. Formação de profissionais da segurança pública: diretrizes internacionais e boas práticas. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2021.